

Juntar os autos 2012
em Novo Arapari
11.278/2018



TRIBUNAL DE CONTAS

PROC. Nº _____

FOLHA Nº _____

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
TRIBUNAL PLENO
DICOMP

OFÍCIO Nº 2525/2019-SEPLENO/ DICOMP

Manaus, 26 de agosto de 2019.

À
DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
DO INTERIOR-DICAMI.

PROCESSO Nº 14551/2018

1. Encaminho para **conhecimento e providências necessárias**, cópia reprográfica de Decisão nº 301/2019-TCE-TRIBUNAL PLENO, (Representação), bem como do Relatório Voto.
2. Solicito que, caso queira responder este ofício, faça expressa referência ao número do processo em questão, cuja omissão impossibilitará ao DEAP de receber a quaisquer documentos.
3. Por fim, ressalto que é dever de todos os jurisdicionados manter, o registro atualizado de seu endereço perante este Tribunal, nos termos do art. 94, § 1º da Resolução nº 04/2002.

CB

TRIBUNAL DE CONTAS
DICAMI
ENTRADA 27.08.19
DOC Nº 771
SERVIDOR(A) Franciane

MIRTYL LEVY JUNIOR
Secretário do Tribunal Pleno

TRIBUNAL DE CONTAS
DICAMI
DESPACHO
A(o) Servidor(a) AUD.
GABRIEL DUARTE
Para as providências neces-
sárias.
Em: 27.08.19
Diretor(a)

1/1

Av. Efigênio Salles, nº 1155 – Parque 10 de novembro – CEP 69.055-736 – Manaus-AM

SEPLENO/SERVICOM: (92) 3301-8350 | www.tce.am.gov.br

f /tceam t @tceam o /tce-am y /tceamazonas i @tceamazonas

Este documento foi assinado digitalmente por MIRTYL FERNANDES LEVY JUNIOR.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 55476499-E9A69306-511AE8DE-12C79396



DECISÃO Nº 301/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 14551/2018.**
- 2- **Assunto:** Representação.
- 3- **Representante:** Ministério Público de Contas.
- 4- **Representado:** Prefeita Municipal de Novo Aripuanã.
- 5- **Advogado:** Não Possui.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2313/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Representação.

*Conhecimento. Improcedência. Determinação.
Arquivamento.*

9- DECISÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **DECIDEM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergencia** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Conhecer** a presente Representação proposta pelo douto **Ministério Público de Contas**, por meio da nobre Procuradora Evelyn Freire de Carvalho, contra a **Sra. Neumice Reges Pinto**, Prefeita Municipal de Novo Aripuanã, exercício 2017, em razão do descumprimento da Resolução nº 09/2016 – TCE/AM.
- 9.2. **Julgar Improcedente** a presente Representação nº 90/2018-MPC-EFC, Formulada pela nobre Procuradora de Contas **Evelyn Freire De Carvalho**, contra a **Sra. Neumice Reges Pinto**, Prefeita Municipal de Novo Aripuanã, exercício 2017, em razão do descumprimento da Resolução nº 09/2016 – TCE/AM.
- 9.3. **Determinar** ao **SEPLENO** para que, após o julgamento dos presentes autos, proceda à extração de cópias do presente Relatório/Voto e da Decisão a ser exarada por este Tribunal Pleno e envie as referidas cópias à DICAMI para sejam encartadas aos autos do Processo TCE/AM Nº 11.278/2018, referente à Prestação de Contas Anual da Prefeitura

CST/Decisório feito de acordo com a Resolução nº 30/2012-TCE/AM

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 2

DECISÃO Nº 301/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Municipal de Novo Aripuanã/AM, exercício 2017, para que se apure o fato constado na peça inicial.

- 9.4. Arquivar** o presente processo, após o cumprimento da determinação elencada no ITEM 3 do presente Voto, nos termos do art. 162 da Resolução nº 04/2002 – R-/TCE/AM.

10- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 18 de Junho de 2019

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral

CST/Decisório feito de acordo com a Resolução nº 30/2012-TCE/AM

Este documento foi assinado digitalmente por JOÃO BARROSO DE SOUZA.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 5985B506-F8552488-083ACFF1-EA463E79



Proc. Nº 14551/2018

Fls. Nº _____

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Gab. Cons. Antonio Júlio Bernardo Cabral

Tribunal Pleno

PROCESSO Nº: 14551/2018
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ARIPUANÃ
NATUREZA: REPRESENTAÇÃO IRREGULARIDADES NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
REPRESENTANTE: EVELYN FREIRE DE CARVALHO
REPRESENTADO: NEUMICE REGES PINTO
ADVOGADO(A): NÃO POSSUI
OBJETO: REPRESENTAÇÃO Nº 90/2018/MPC-EFC INTERPOSTA PELA PROCURADORA EVELYN FREIRE DE CARVALHO EM FACE DA SENHORA NEUMICE REGES PINTO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO ARIPUANÃ (2017), EM RAZÃO DO DESCUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO Nº 09/2016 - TCE/AM.
ÓRGÃO TÉCNICO: DICAMI
PROCURADORA: EVELYN FREIRE DE CARVALHO
CONSELHEIRO-RELATOR: JULIO CABRAL

RELATÓRIO

Cuidam os autos da **REPRESENTAÇÃO Nº 90/2018-MPC/EFC**, formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, por intermédio da nobre Procuradora de Contas **EVELYN FREIRE DE CARVALHO**, contra a Senhora **NEUMICE REGES PINTO**, Prefeita Municipal de Novo Aripuanã, exercício 2017, em razão do Descumprimento da Resolução nº 09/2016 – TCE/AM.

1. O Órgão Técnico, por meio do **LAUDO TÉCNICO Nº 220/2018 - DICAMI**, fls. 16/18, manifestou-se pela **REVELIA** da **REPRESENTADA** conforme preceitua o artigo 20, § 4º, da Lei nº 2.423/1996, c/c o artigo 88 da Resolução nº 04/2002-RI/TCE, bem como pelo **CONHECIMENTO** da presente **REPRESENTAÇÃO** para no mérito, julgá-la **PROCEDENTE**, nos termos do art. 1º, da Lei nº 2.423/1996 -



Proc. Nº 14551/2018

Fls. Nº _____

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Gab. Cons. Antonio Júlio Bernardo Cabral

Tribunal Pleno

TCE/AM, dar prosseguimento ao feito com as sanções impostas por Lei e pelo não atendimento às diligências do Tribunal de Contas, com base art. 308, I, "a", da Resolução nº 04/2002-RI/TCE/AM, c/c o art. 54, inciso IV, da Lei nº 2.423/1996, sugerindo também, o **APENSAMENTO DESTA REPRESENTAÇÃO** à Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã/AM, exercício 2017, **PROCESSO TCE/AM Nº 11.278/2018**, para que se apure o fato constatado na peça inicial e em respeito ao princípio *non bis in idem*, entendimento este, anuído pelo douto Ministério Público por meio do **PARECER Nº 2313/2019 – DMP/EFC**, fls. 29/30,

É O RELATÓRIO

FUNDAMENTAÇÃO

1. Preliminarmente cumpre salientar que em 18 de agosto de 2016 o Ministério Público de Contas, por intermédio da Coordenadoria de Transparência Orçamentária, Acesso à Informação e Controle Interno, emitiu ofício à Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã, no intuito de verificar a existência e eficácia dos Sistemas de Controle Interno no Poder Executivo Municipal, bem como obter informações sobre o controlador e a estrutura física e funcionamento da instituição.

2. Na peça inicial, foi concedido um prazo de 5 (cinco) dias úteis para encaminhar resposta ao douto Ministério Público de Contas, porém após 30 (trinta) dias, o Órgão Ministerial nada recebeu.



Proc. Nº 14551/2018

Fls. Nº _____

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Gab. Cons. Antonio Júlio Bernardo Cabral

Tribunal Pleno

3. Com essa omissão, a nobre Procuradora de contas relata que a Coordenadoria de Transparência Orçamentária, Acesso à Informação e Controle Interno, efetuou um procedimento preparatório cujo foco era realizar audiências com o Prefeito Municipal e, se assim houvesse, o Controlador Geral, para discutir a real situação do Sistema de Controle Interno, oferecendo a possibilidade de firmamento de termos de ajustamento conforme o caso, devidamente publicado pelo Diário Oficial Eletrônico desta Corte de Contas, Edição nº 1458 e novamente a **PREFEITURA MUNICIPAL** se manteve inerte.

4. Todavia, ainda no ano de 2016, mais especificamente em 27 de setembro, ficou aprovada em Sessão Plenária a Resolução nº 09/2016 - TCE/AM, dispondo sobre as diretrizes a serem observadas na estruturação e funcionamento do sistema de controle interno municipal, a qual atribuiu o prazo de 280 (duzentos e oitenta) dias para que os Municípios explanassem quanto às diretrizes sobre estruturação e funcionamento do sistema de controle interno municipal. **TODAVIA, A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ARIPUANÃ NÃO APRESENTOU RESPOSTA.**

5. O prazo supramencionado findou em 2017, momento em que a Coordenadoria de Controle Interno expediu o **OFICIO CIRCULAR Nº 3657** a todas as prefeituras municipais, concedendo 30 (trinta) dias para o envio das medidas adotadas para o aperfeiçoamento do Sistema de Controle Interno. Contudo, de igual modo, **A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ARIPUANÃ** mais uma vez **NÃO APRESENTOU RESPOSTA.**

6. Em razão disso, foi formulada a presente **REPRESENTAÇÃO** em 27/08/2018, uma vez que é procedimento específico deste Tribunal, disponível a qualquer pessoa, órgão ou entidade, pública ou privada, em que se afirme ou se



Proc. Nº 14551/2018

Fls. Nº _____

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Gab. Cons. Antonio Júlio Bernardo Cabral

Tribunal Pleno

requeira a apuração de ilegalidade ou de má gestão pública, conforme se depreende do art. 288, da Resolução TCE/AM n.º 4/2002.

7. A presente **REPRESENTAÇÃO** foi admitida em 10/09/2018 por preencher os requisitos de admissibilidade, conforme **DESPACHO** às fls. 8/9 da lavra da Excelentíssima Senhora Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, à época, Conselheira **YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS** e após a distribuição ao devido Relator para que tomasse ciência da mesma, de modo a adotar as providências que entender cabíveis.

8. Tendo em vista a existência de possível irregularidade, por meio do **DESPACHO Nº 620/2017/GCJC**, fls. 12, de minha autoria, os autos foram remetidos à **DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR – DICAMI**, determinando **NOTIFICAR** a Senhora **NEUMICE REGES PINTO**, Prefeita Municipal de Novo Aripuanã, exercício 2017 para no prazo regimental apresentar razões, justificativas e/ou documentos, quanto aos questionamentos dispostos na presente **REPRESENTAÇÃO** e, após transcorrido o prazo, manifestar-se meritoriamente acerca do objeto dos autos.

9. Desta feita, a **DICAMI** expediu a **NOTIFICAÇÃO Nº 385/2018-DICAMI** (fls. 13), à Senhora **NEUMICE REGES PINTO**, Prefeita Municipal, exercício 2017, cujo endereço é o da Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã, sito a Avenida 16 de Fevereiro 81, Centro, recebida no destino pela Senhora **CRISTIANY REGIS PINTO** em 22/10/2018 (fls. 14/15), conforme se faz prova o AR Correios, acostado as fls. 15.



Proc. Nº 14551/2018

Fls. Nº _____

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Gab. Cons. Antonio Júlio Bernardo Cabral

Tribunal Pleno

10. Contudo, até a presente data, a **REPRESENTADA** após **NOTIFICADA** não respondeu as solicitações desta Corte de Contas, quedando-se inerte, não se manifestando nos autos,

11. Considerando que os **PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA** foram devidamente observados por este Tribunal de Contas, em conformidade com o art. 5º, LV, da Constituição Federal c/c os artigos 18 e 19, inciso I, ambos da Lei nº 2.423/96-TCE/AM e que após procedida a **NOTIFICAÇÃO** a **REPRESENTADA**, findo o prazo regimental e não havendo manifestação por parte da notificada, sugere a Unidade Técnica desta Corte de Contas pela **REVELIA** da **REPRESENTADA**, nos termos do art. 20, § 3º, da Lei nº 2.423/1996 – TCE/AM c/c art. 88, *caput*, do Regimento Interno desta Casa de Contas.

12. E ainda, considerando que não houve resposta a esta Corte de Contas referente ao Ofício emitido pelo *Parquet*, o qual solicitava informações da Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã/AM e da presente Representação, depois de emitido ato **NOTIFICATÓRIO** devidamente recebido pela **REPRESENTADA**, impedindo o exercício de controle atribuído a este Tribunal de Contas e contrariando os princípios norteadores da prática da atividade administrativa, o Órgão Técnico com a anuência do douto Ministério Público de Contas, sugere além da **REVELIA** as **PENALIDADES PREVISTAS EM LEI**, a Gestora.

13. Contudo, ao analisar os presentes autos, verifica este Conselheiro Relator que o objeto da presente **REPRESENTAÇÃO** é o descumprimento da **RESOLUÇÃO Nº 09/2016 – TCE/AM**, a qual dispunha sobre as diretrizes a serem observadas na estruturação e funcionamento do Sistema de Controle Interno Municipal, a qual atribuiu o prazo de 280 (duzentos e oitenta) dias para que os municípios

MDF

REL.VOTO nº 442/2019-GCJULIO CABRAL

5

Este documento foi assinado digitalmente por JULIO CABRAL.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 60BEF14B-87070587-C6B8C711-49AA51EC



Proc. Nº 14551/2018

Fls. Nº _____

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Gab. Cons. Antonio Júlio Bernardo Cabral

Tribunal Pleno

promovessem as medidas necessárias para criação da controladoria geral nos órgãos ou entidades municipais que ainda não o tivessem feito.

14. O prazo de vigência da **RESOLUÇÃO Nº 09/2016 – TCE/AM**, passou a contar a partir da data de publicação em 10/10/2016, com o termino em 17/07/2016. Ocorre que a Senhora **NEUMICE REGES PINTO**, Prefeita Municipal de Novo Aripuanã, ora **REPRESENTADA**, assumiu **INTERINAMENTE** a Gestão daquela Municipalidade em meados de novembro de 2017 até 20 de fevereiro de 2018, restando claro desta feita, que o descumprimento da Resolução não foi ocasionado pela **REPRESENTADA**, uma vez que a mesma assumiu a Gestão do Município após do termino do prazo estabelecido pela Resolução.

15. E ainda, considerando que a **REPRESENTADA** teve menos de 03 (três) meses como Gestora, tempo este, exíguo para o cumprimento da **RESOLUÇÃO Nº 09/2016 – TCE/AM**, entende este Conselheiro Relator que não cabe a esta Corte de Contas penalizar a **REPRESENTADA** e, em assim sendo, diante do exposto, concordo parcialmente com a manifestação emanada pelo Órgão Técnico nos termos do **LAUDO TÉCNICO Nº 220/2018 - DICAMI**, fls. 16/18, no que pertine a Comissão de Inspeção designada para inspecionar o referido município apure a existência e eficácia dos Sistemas de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, bem como do entendimento anuído, neste sentido, pelo douto Ministério Público por meio do **PARECER Nº 2313/2019 – DMP/EFC**, fls. 29/30,



Proc. Nº 14551/2018

Fls. Nº _____

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Gab. Cons. Antonio Júlio Bernardo Cabral

Tribunal Pleno

VOTO

Com base nos autos, em parcial consonância com o Ministério Público de Contas e em parcial consonância com o órgão técnico, VOTO no sentido de o Tribunal Pleno:

- 1- **Conhecer** a presente **REPRESENTAÇÃO** proposta pelo douto Ministério Público de Contas, por meio da nobre Procuradora **EVELYN FREIRE DE CARVALHO**, contra a Senhora **NEUMICE REGES PINTO**, Prefeita Municipal de Novo Aripuanã, exercício 2017, em razão do Descumprimento da Resolução nº 09/2016 – TCE/AM.
- 2- **Julgar Improcedente** a presente **REPRESENTAÇÃO Nº 90/2018-MPC-EFC**, formulada pela nobre Procuradora de Contas **EVELYN FREIRE DE CARVALHO**, contra a Senhora **NEUMICE REGES PINTO**, Prefeita Municipal de Novo Aripuanã, exercício 2017, em razão do Descumprimento da Resolução nº 09/2016 – TCE/AM.
- 3- **Determinar** ao **SEPLENO** para que, após o julgamento dos presentes autos, proceda à extração de cópias do presente Relatório/Voto e da Decisão a ser exarada por este Tribunal Pleno e envie as referidas cópias à **DICAMI** para sejam encartadas aos autos do **PROCESSO TCE/AM Nº 11.278/2018**, referente à Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã/AM, exercício 2017, para que se apure o fato constado na peça inicial.
- 4- **Arquivar** o presente processo, após o cumprimento da determinação elencada no **ITEM 3** do presente Voto, nos termos do art. 162 da Resolução nº 04/2002 – R-/TCE/AM.

É o voto.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 27 de Maio de 2019.

Julio Cabral
Conselheiro-Relator

MDF

REL VOTO nº 442/2019-GCJULIO CABRAL

7

Este documento foi assinado digitalmente por JULIO CABRAL.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 60BEF14B-87070587-C6B8C711-49AA51EC

